

Artigo

ENTRE A ESCOLA E A CIDADE: TENSÕES E TRANSFORMAÇÕES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM PELOTAS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Paula Mello Oliveira Alquati¹ 

RESUMO

Este artigo faz parte de reflexões da tese de doutorado da autora, e explora a relação entre educação profissional e urbanização na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul. A análise, realizada partir de referências bibliográficas e documentais, examina as relações entre a educação profissional e a urbanização em Pelotas, destacando como as políticas educacionais moldaram a cidade e suas dinâmicas sociais. A expansão da cidade, trouxe consigo discursos em defesa da educação profissional. A materialização de uma escola de educação para o trabalho, assim como a cidade, se configurou como um campo de tensões. Situada em uma borda do perímetro urbano que originou o bairro operário Fragata, a escola também se constituiu junto ao seu entorno. A pesquisa contextualiza, ainda, a educação profissional dentro dos projetos nacionais de modernização, mostrando seu impacto na manutenção das hierarquias sociais e na organização da cidade.

Palavras-chave: Educação Profissional; Urbanização; Pelotas; História da Educação Profissional.

¹ Instituto Federal Sul-Rio-Grandense. Pelotas, RS, Brasil.

ENTRE LA ESCUELA Y LA CIUDAD: TENSIONES Y TRANSFORMACIONES EN LA EDUCACIÓN PROFESIONAL EN PELOTAS DURANTE LA PRIMERA MITAD DEL SIGLO XX

RESUMEN

Este artículo forma parte de las reflexiones de la tesis doctoral de la autora y explora la relación entre la educación profesional y la urbanización en la ciudad de Pelotas, en Rio Grande do Sul. El análisis, realizado a partir de referencias bibliográficas y documentales, examina las relaciones entre la educación profesional y la urbanización en Pelotas, destacando cómo las políticas educativas moldearon la ciudad y sus dinámicas sociales. La expansión de la ciudad trajo consigo discursos en defensa de la educación profesional. La materialización de una escuela de educación para el trabajo, al igual que la ciudad, se configuró como un campo de tensiones. Situada en un borde del perímetro urbano que dio origen al barrio obrero Fragata, la escuela también se constituyó junto a su entorno. La investigación contextualiza, además, la educación profesional dentro de los proyectos nacionales de modernización, mostrando su impacto en el mantenimiento de las jerarquías sociales y en la organización de la ciudad.

Palabras clave: Educación Profesional, Urbanización, Pelotas, Historia de la Educación Profesional.

BETWEEN THE SCHOOL AND THE CITY: TENSIONS AND TRANSFORMATIONS IN VOCATIONAL EDUCATION IN PELOTAS DURING THE FIRST HALF OF THE 20TH CENTURY

ABSTRACT

This article is part of the reflections from the author's doctoral thesis and explores the relationship between vocational education and urbanization in the city of Pelotas, in Rio Grande do Sul. The analysis, based on bibliographic and documentary references, examines the connections between vocational education and urbanization in Pelotas, highlighting how educational policies shaped the city and its social dynamics. The expansion of the city brought with it discourses in defense of vocational education. The establishment of a vocational school, like the city itself, became a field of tensions. Located on the outskirts of the urban perimeter that gave rise to the working-class neighborhood of Fragata, the school also developed alongside its surroundings. The research further contextualizes vocational education within national modernization projects, showing its impact on maintaining social hierarchies and the organization of the city.

Keywords: Vocational Education, Urbanization, Pelotas, History of Vocational Education.

INTRODUÇÃO

Este artigo faz parte de reflexões constantes no terceiro capítulo de minha tese de doutorado, e explora a relação entre educação profissional e urbanização na cidade de Pelotas, no interior do Rio Grande do Sul. A cidade de Pelotas tem uma história marcada por uma alta concentração de terras e poder na mão de pouquíssimas famílias¹ que determinaram em muitos aspectos os rumos de sua expansão até a primeira metade do século XX. Ressalta-se que, além da concentração de terras, Pelotas se constituiu a partir da exploração massiva de pessoas escravizadas².

A cidade, neste estudo, está para além de palco onde se desenvolve a educação profissional urbana (que posteriormente se consolidará como ensino industrial). Cidade e educação profissional são vistos como elementos imbricados no desenvolvimento da cidade sob o viés da acumulação capitalista. Ao evidenciar as primeiras iniciativas de uma educação profissional voltada aos ofícios urbanos na cidade, este artigo aborda algumas relações entre urbanização e educação profissional e as dinâmicas de poder e escolhas políticas que moldaram tanto a cidade quanto seus estabelecimentos educacionais. A educação profissional emergiu como um vetor na conformação de uma identidade urbana em uma sociedade cuja predominância anterior da força de trabalho se dava pelo trabalho escravizado, e também, dos padrões de ocupação do espaço e sua posterior periferização.

Na primeira seção, fornecemos um panorama histórico do desenvolvimento da educação profissional em Pelotas, contextualizando-o dentro das transformações legais que forjaram a rede de educação profissional no Brasil. A segunda seção examina a materialidade desses estabelecimentos educacionais, à luz de uma análise da produção do espaço urbano de Pelotas. Discutimos como as instituições educacionais não apenas ocupam o espaço, mas também contribuem para a reconfiguração da paisagem urbana, bem como o modo como escolhas políticas entrelaçam as iniciativas escolares e a expansão urbana da região. Na terceira seção, tratamos de um histórico que inclui as primeiras iniciativas para a educação profissional urbana no contexto local, desde a iniciativa de uma sociedade de direito privado, passando para a esfera municipal e, por fim, a escola federal que foi implantada no mesmo terreno de suas predecessoras.

¹ Na primeira divisão de terras referentes ao terceiro distrito do Rio Grande, o Distrito do Serro Pelado, atual município de Pelotas, a porção majoritária do território foi dividida em sete propriedades ou sesmarias (sesmarias que extrapolavam a normativa real sobre área chegando a ter 5 ou mais léguas de comprimento): Feitoria, Pelotas, Monte Bonito, Santa Bárbara, São Tomé, Santana e Pavão. Em decorrência das medições, as sobras posteriormente foram divididas em datas de terras (1/4 de légua), que eram expedidas pelo governador.

² De acordo com Arriada (1994), em 1934, 51,71% da população de Pelotas era constituída de pessoas negras escravizadas.

ABORDAGENS UTILIZADAS NO ESTUDO

A abordagem adotada no estudo parte do referencial institucionalista, compreendendo que toda pesquisa é também uma prática de intervenção. A análise busca tensionar os limites entre cidade e educação, entre espaços físicos e simbólicos, adotando o pressuposto de que não há separação entre conhecimento e ação, entendendo que posicionar-se é condição para pesquisar (Barembritt, 2002; Barros, 2009).

Apoia-se no viés institucionalista, entendendo que conhecer a realidade exige transformá-la, e que o percurso metodológico se constitui à medida que a própria investigação se desenvolve. Nessa abordagem, pesquisa e pesquisador estão implicados em um processo dinâmico e interdependente, onde não há neutralidade ou separação entre conhecimento e ação — toda pesquisa é também intervenção política. A pesquisa perfaz uma experiência que articula sujeito e objeto, teoria e prática num mesmo plano de produção.

Essa implicação teórico-metodológica é reforçada pelos aportes da história social da educação, que concebe os processos educativos como práticas históricas inseridas em conflitos, disputas de sentido e projetos políticos (Saviani, 2008; Ciavatta, 2025). O estudo valoriza a escola não como estrutura neutra, mas como dispositivo político e espacial, articulado à reconfiguração urbana e aos mecanismos de disciplinamento social.

A análise documental, construída com base em diferentes fontes primárias — fotografias, plantas urbanas, legislação educacional, arquivos públicos e almanaques e jornais de época —, é orientada pela compreensão dos documentos como expressões materiais de relações sociais e como vestígios interpretativos de uma conjuntura histórica. Os critérios de seleção priorizaram documentos que evidenciam as disputas territoriais, as sucessões de estabelecimentos educacionais e as estratégias políticas de conformação da educação profissional em Pelotas. Desse modo, o estudo não apenas observa os estabelecimentos educacionais como objetos históricos, mas também como dispositivos que revelam estratégias de disciplinamento, disputas políticas e reorganização socioespacial da cidade de Pelotas-RS durante a primeira metade do século XX.

APROXIMAÇÕES INICIAIS: O TRAJETO LEGAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL URBANA BRASILEIRA

Toda escolha é uma escolha política, e toda política gera efeitos individuais e coletivos. Assim foi a política que trouxe a educação profissional urbana para a cidade de Pelotas. Para tratar desse estabelecimento, foi necessário fazer uma escavação que, inicialmente, parecia apresentar dois níveis. Ao entender a escola como estabelecimento, ou seja, como fragmento dessa instituição educação, observa-se sua função e influência no contexto educacional. Essa abordagem permite uma análise mais abrangente das dinâmicas e desafios enfrentados pelo sistema educacional em sua totalidade, levando em consideração não apenas os aspectos pedagógicos, mas também os fatores sociais, culturais, políticos e econômicos que o permeiam.

Conforme aponta Baremlitt (2002), um estabelecimento educacional engloba não apenas suas estruturas físicas, mas também uma série de dispositivos técnicos, incluem desde maquinários até arquivos e aparelhos diversos. Esses elementos conferem ao estabelecimento uma corporeidade tangível, uma realidade material que é parte integrante de sua identidade. Dessa forma, não se pode dissociar a ideia de escola da sua materialidade física, que engloba salas de aula, laboratórios, espaços de convivência e circulação, entre outros.

A materialização do estabelecimento escolar, neste estudo, se dá pela via da educação profissional urbana na cidade de Pelotas. A primeira iniciativa nesse sentido foi a criação de uma escola através de uma associação privada, a Escola de Artes e Ofícios, organizada pela Biblioteca Pública. Esta foi seguida de uma iniciativa municipal, a Escola Technico-Profissional – que nos anos seguintes virou Instituto Profissional-Technico – e, finalmente, foi suplantada por uma escola federal, o Liceu Industrial de Pelotas – que ao ser inaugurado já era Escola Técnica de Pelotas, em função de uma mudança de legislação.

A organização de uma rede de estabelecimentos voltados à oferta de Educação Profissional, no Brasil, iniciou em 1909, com a criação, durante o governo de Nilo Peçanha, de 19 escolas de Aprendizes Artífices. Nessas escolas, a profissionalização se dava a partir de cursos vinculados ao “ensino primário e gratuito”, para a formação de “operários e contra-mestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretenderem aprender um ofício” (Brasil, 1909).

Em função das mudanças produtivas e das concepções educativas durante o período, em 1937, as Escolas de Aprendizes Artífices foram transformadas em Liceus Industriais, destinados à oferta de “ensino profissional, de todos os ramos e graus” (Brasil, 1937). Foi nesse período do governo ditatorial de Getúlio Vargas (aqui ainda denominado de “governo provisório”, em sua fase inicial) que teve origem o estabelecimento Federal de ensino em Pelotas. Através da Lei n. 308, de 13 de janeiro de 1937, nasce o Liceu Industrial de Pelotas, que ao longo de sua história possuiu diferentes nomes e organizações.

Em 1942, os Liceus foram substituídos pelas Escolas Industriais e Escolas Técnicas, voltando-se às Escolas Industriais ao denominado primeiro ciclo do ensino industrial, equivalente ao grau ginasial, e as escolas técnicas à oferta do primeiro e do segundo ciclos, sendo o segundo ciclo posterior à conclusão do ginásio. Em 1942, através do Decreto-lei n. 4.127, de 25 de fevereiro, instituiu a Escola Técnica de Pelotas, oficialmente inaugurada em 1943. O foco dos estabelecimentos de ensino industrial e técnico, em um contexto de industrialização marcada pela substituição das importações, estava em formar profissionais para atuar, com “eficiência e produtividade” para o exercício de funções específicas na indústria (Brasil, 1942).

Enquanto política pública de educação, a rede seguiu em movimento, sofreu alterações ao longo das décadas subsequentes. A partir de 1959, com a Lei n. 3.552, de 16 de fevereiro, no governo Juscelino Kubitschek, houve a transformação das escolas industriais e escolas técnicas em Escolas de Ensino Industrial Federais. A nomenclatura de Escola Técnica Federal foi atribuída a esses estabelecimentos pela Lei n. 4.759, de 20 de agosto de 1965 (Brasil, 1959; 1965).

Em 1978, com a Lei n. 6.545, de 30 de junho, as Escolas Técnicas Federais Minas Gerais, Paraná e Celso Suckow da Fonseca (antiga Escola Técnica Nacional), foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET). Com essa mudança, foi permitido a esses estabelecimentos a oferta de cursos “de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu, visavam à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica”, além dos cursos técnicos de 2º grau (Brasil, 1978). Nas décadas subsequentes, mais estabelecimentos da Rede Federal foram transformados em CEFET, modelo que perdurou até 2008, quando da criação dos Institutos Federais.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados através da Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Os Institutos são parte estruturante na RFEPT, instituída pela mesma lei. Fazem parte da Rede, além dos Institutos, a Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UTFPR), os Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, as Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II (Brasil, 2008).

Encontram-se dados mais detalhados em Cechin e Pilatti (2023), que abordam o percurso da Rede Federal de Educação Profissional desde as Escolas de Aprendizizes Artífices até a constituição dos Institutos Federais.

A CIDADE E AS ESCOLAS. AS PRIMEIRAS INVESTIDAS PARA UMA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL URBANA EM PELOTAS

No local onde hoje se coloca o Campus Pelotas do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, percebemos escolas diferentes que se sucederam no mesmo solo, nasceram e morreram sem se conhecer. Algumas partes, algumas dessas múltiplas escolas, repousaram incomunicáveis entre si, sem se reconhecer. Muitos rostos, muita gente, muitos tempos. Meireles (2007;2024) permite conhecer as três primeiras partes desse quebra-cabeça que se coloca onde um dia foi a Praça das Carretas, um divisor do perímetro urbano de Pelotas.

Do mesmo modo que a produção da cidade, a produção da escola foi marcada por um processo de fragmentação e de dificuldade de ocupação, assim como se deu nos processos de domínio e ocupação das fronteiras, no caso colonial do Rio Grande do Sul. Entre um tramado e outro, um tratado e outro, tivemos a capitania, o continente e a província. Aproximadamente 100 anos³ separam a invasão, a distribuição das terras, a disputa pelo território com os espanhóis, a perda do território, a retomada, a nova distribuição e, finalmente, a ocupação sedentária da Província.

Novos tramados, novos traçados. Em 1812, surgiu a freguesia e, com ela, o primeiro loteamento urbano. Em 1830, virou vila São Francisco de Paula. Em 1835, cidade de Pelotas.

³ Fundação de Colônia de sacramento foi em 1680, a ocupação das sesmarias se deu após 1777, com o estabelecimento dos novos limites após o tratado de Santo Ildefonso e a distribuição das sesmarias após a retomada da terra que fora invadida pelos espanhóis entre 1763 e 1777.

Em 1844, se redefine o perímetro urbano. Em 1858, o bairro da luz. Em 1870, o bairro da várzea. Em 1881, houve a proibição dos cortiços, dando origem a uma nova espacialidade. Em 1893, a estrada de Piratini, ou estrada do Fragata, se tornou o local com maior concentração de edificações no período, apontando um crescimento pauperizado nesse eixo. Em 1910, foram estabelecidos novos limites, agregando-se uma grande área ao perímetro urbano. Em 1915, o I Código de Construção e Reconstrução de Pelotas possibilitou a criação de novos loteamentos, em especial voltados às camadas populares.

No período de 1916 a 1926, observou-se um maior crescimento da cidade nos sentidos nordeste e oeste, em direção à atual Avenida Domingos de Almeida e à Avenida Duque de Caxias, frutos da criação de vilas ou loteamentos populares. No final da década de 1920, surgiram os primeiros loteamentos populares na zona norte, em torno da Avenida das Três Vendas (Soares, 2002).

Na Figura 1, na cor ciano está a mancha da malha urbana da cidade de Pelotas em 1909 sobre a planta da cidade de 1926. Na montagem, percebemos o vulto do crescimento promovido a partir de 1910, quando a cidade passou a avançar ao redor das estradas do Fragata (em laranja na imagem); a oeste do Retiro ou Monte Bonito (em roxo na imagem); ao norte, e do areal ou Domingos de Almeida (em vermelho na imagem) a leste. Percebe-se também a criação de um núcleo para além do antigo bairro da várzea, mais ao encontro do canal São Gonçalo; ao sudeste. No sentido oeste, ao longo da estrada do Fragata, existe um vazio entre a cidade antiga e as novas ocupações. Esse vazio é compreendido por uma gleba de propriedade da municipalidade, a Praça Constituição ou das Carretas.

Junto à expansão da cidade, surgiram os discursos em defesa da educação profissional. Destarte, a materialização de uma escola de educação para o trabalho, assim como a cidade, também se configurou como um campo de tensões. Situada em uma borda da cidade que deu origem ao bairro Fragata, a escola também se constituiu junto ao seu entorno. Inicialmente Escola de Artes e Offícios, fundada em 1917 pela diretoria da Biblioteca Pública Pelotense, só foi de fato funcionar como escola em 1930, após ser doada à municipalidade. Em uma reunião, em junho de 1917, foi a diretoria da Biblioteca Pública Pelotense, uma sociedade civil de direito privado, quem deu os primeiros passos concretos na criação de uma escola profissional na cidade.

A escola e a cidade se entrelaçaram a partir das suas fronteiras, tanto físicas quanto imaginárias. Com o fim da escravidão e o avanço de uma economia pretensamente capitalista, surgiu a necessidade de conformação, criação de trabalhadores urbanos. A escola se torna um meio de promover nas classes populares uma ética do trabalho assalariado e da conformidade com o sistema político e econômico vigente (Stephanou, 1990; Cechin & Pilatti, 2023). Para Ciavatta (2025), a educação profissional serviu para expandir as formas de controle e ordenação da estrutura desigual da sociedade brasileira, fato que não se deu sem resistências.

Nas palavras de Stephanou (1990):

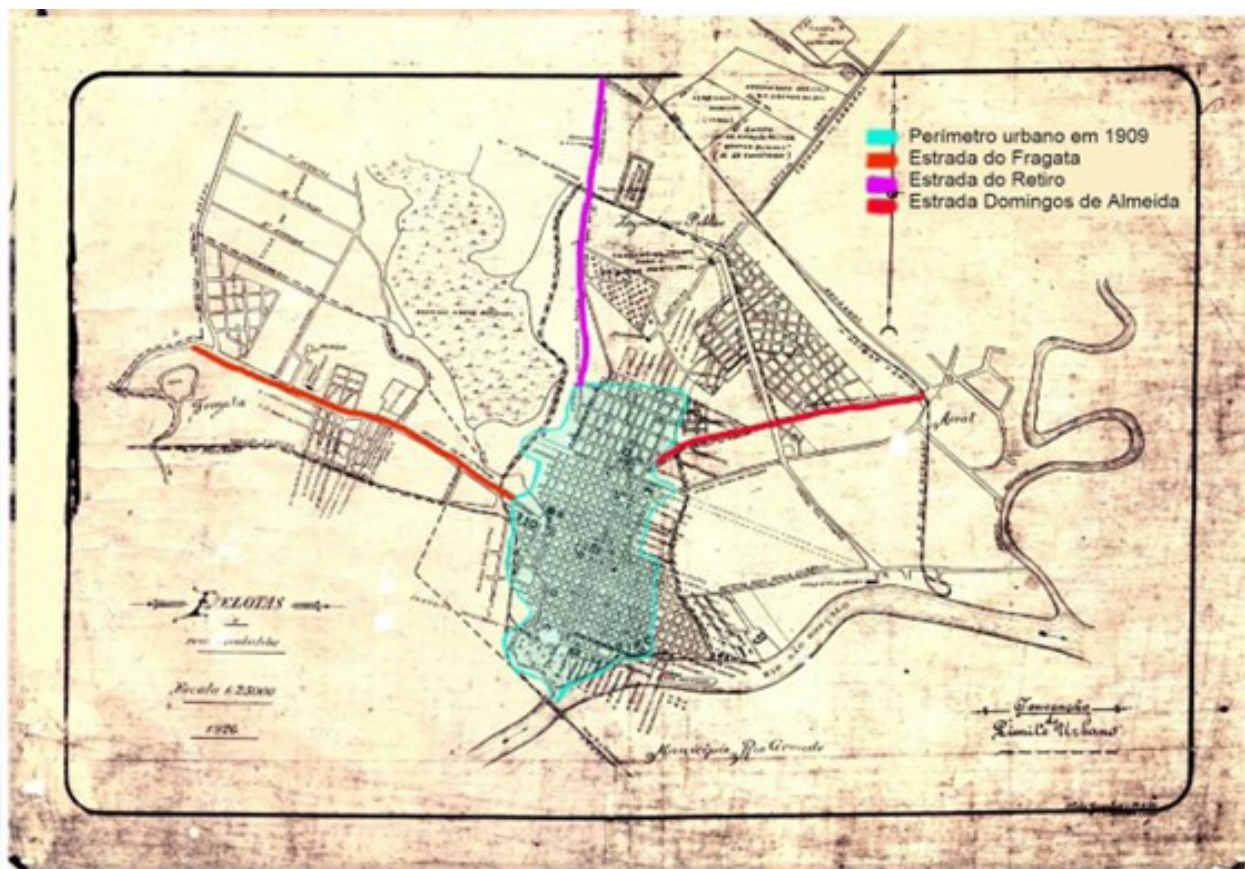


Figura 1 – Desenho da localização do perímetro urbano de Pelotas e 1909, estradas do Fragata, Retiro e Domingos de Almeida.

Fonte: Adaptado pela autora de NEAB (1926).

Em última análise, o que perpassava estas proposições era a necessidade de contrapor ao “espaço da rua”, onde as crianças estão à mercê de vícios e hábitos de vadiagem, o “espaço da escola” que através de práticas moralizadoras e da “terapia do trabalho” mantinha os menores ocupados e à salvo da corrupção moral (Stephanou, 1990, p. 114).

Face à mudança das relações de produção, era preciso criar uma nova cultura alinhada aos ideais burgueses emergentes. Nesse sentido, se fez necessário incutir nas camadas mais pobres os ideais de trabalho, de aceitação do assalariamento, de condicionamento aos espaços da cidade e à nova estrutura social. A cidade se tornou, assim, o lócus de disciplinamento, de amoldamento das populações pobres à essa nova organização social. De acordo com Peres (2002, p. 45-46):

Havia, portanto, três formas principais de manter sob controle as classes populares: a educação associada ao trabalho, a repressão e a segregação. Todas elas foram medidas adotadas pela elite pelotense no sentido de “preservar a ordem social”, quer pela atuação dos intelectuais, professores, comerciantes, famílias, oferecendo aulas e trabalho, quer pela atuação da polícia e dos caridosos e “beneméritos”.

Aqui se impôs uma nova fronteira: a fronteira entre o trabalho escravizado e o assalariado, entre o locus de produção predominantemente rural e o urbano. Foi preciso criar as condições para a existência dessa nova modalidade, o trabalho assalariado urbano. “Pela ideia de modernidade, as transformações econômicas exigiriam uma nova ordenação do trabalho.” (Ciavatta, 2025, p. 10).

Nesse sentido, Stephanou (1990, p. 61) coloca:

O processo de transição capitalista no país deflagrou a necessidade de reinventar as formas de coação dos trabalhadores às novas realidades das relações de produção, uma vez que se tornaram impraticáveis as estratégias de sujeição próprias ao escravismo [...].

Salientamos que a fundação de escolas de educação profissional enquanto estratégia urbana não era um fenômeno exclusivo de Pelotas. Segundo Stephanou (1990), houve a instalação filiais da Escola de Engenharia de Porto Alegre no interior do RS em 1917. Entre elas, houve a criação de Escolas Industriais Elementares das cidades de Caxias do Sul, Rio Grande e Santa Maria, subordinadas ao Instituto Parobé. Desse modo, no ano de proposição da Escola de Artes e Ofícios em Pelotas, outras iniciativas se materializavam no interior do Estado⁴.

Em 1921, Ildefonso Simões Lopes⁵, pelotense, filho do Visconde da Graça, era Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, órgão que se ocupava da educação profissional no Brasil. Nesse ano, o então ministro convocou o prof. João Lüderitz, da Escola Parobé de Porto Alegre, para ser o diretor do serviço de Remodelação do ensino Profissional. Desse modo, há de se compreender que uma parcela, ao menos, da elite pelotense estava ciente de alguns processos que aconteciam na capital nacional e das políticas públicas para a educação profissional (Stephanou, 1990; Fonseca, 1961).

De acordo com Fonseca (1961, p. 187):

O Ministro Ildefonso Simões Lopes compreendeu a gravidade da situação [de precariedade das Escolas de Aprendizes Artífices] e resolveu agir no sentido de impedir que o mal aumentasse. Por isso, em 1920, por sugestão do Dr. Araújo Castro, Diretor de Indústria e Comércio, nomeou uma comissão de técnicos especializados no assunto para examinar o funcionamento das escolas e propor medidas que remodelassem o ensino profissional, tornando-o mais eficiente.

Ressaltamos a atuação de Ildefonso quanto à proposta de remodelação das Escolas de Aprendizes Artífices e da Rede de Educação Profissional, bem como o chamamento de João Lüderitz para atuar nessa política por dois motivos. Primeiro, naquele período o Instituto Parobé era uma referência no país em termos de qualidade de ensino, haja vista que muitos de seus egressos foram chamados para atuar como professores em outras escolas brasileiras.

⁴ A proposta de ampliação do ensino profissional da escola, com a criação de filiais no interior do Estado, data de 1913. Em 1917 aprova o plano de localização das escolas industriais elementares e em 19 de agosto de 1917 é criada a Escola Industrial de Rio Grande (Stephanou, 1990).

⁵ Em 1923, Ildefonso, na qualidade de ministro, fundou o Patronato Agrícola Visconde da Graça, em Pelotas, que hoje constitui o Campus Pelotas Visconde da Graça do IFSUL.

O Parobé era gerido pela Escola de Engenharia de Porto Alegre e possuía uma visão voltada aos processos industriais já no começo do século XX. O segundo motivo é a proposta de remodelação em si, capitaneada por Ildefonso, que restou adormecida por mais de uma década e foi se concretizar durante o período varguista.

Voltemos à esfera local e ao convite da diretoria da Biblioteca para uma assembleia para tratar da fundação da escola de Artes e Offícios. No convite chamada de “Lyceu de Artes e Offícios”. Trata-se de uma peça impressa, cuja cópia física se encontra no arquivo da Biblioteca Pública Pelotense, a cópia digital encontra-se na página do memorial IFSUL⁶. Destacamos alguns pontos referentes ao conteúdo do convite, transcritos abaixo.

Cingida ao seu programma, cuja prática vem se effectivando approximadamente há quarenta annos, esta instituição, sempre prompta a mostrar a sua gratidão para com o nobre povo de Pelotas, resolveu lançar a patriótica idéa, de fundação nessa cidade de um “LYCEU DE ARTES E OFFICIOS” para a educação dos desprotegidos da fortuna, evitando que se precipitem nos vícios da vadiagem e cheguem ao crime, pela falta de uma escola que lhes ensine o trabalho honrado e methodico. (...) Deste modo resolveu a Directoria da Bibliotheca convocar uma grande assembléa para tratar definitivamente de tão util empreendimento, tendo a satisfação de convidar a V.S. a comparecer a essa reunião, que terá lugar na séde social da Bibliotheca, no proximo dia 7 de julho, memoravel anniversario da fundação de Pelotas, as 19 horas (CDOV, BPP, 1917, grifo nosso).

O texto carrega algumas ideias importantes para a compreensão do período em que foi produzido. Primeiramente, um enaltecimento da pátria, na consolidação de um ideal nacional. Em seguida, a proposta de uma escola profissional para educar os “desprotegidos da fortuna”, ou seja, os meninos pobres da cidade. Há um forte apelo no sentido de adestramento dessas populações, de incutir uma cultura de proletarização, em torno da ideia de um “trabalho honrado e metódico”.

A preocupação de adestramento na construção de uma cultura urbana e capitalista fica latente quando, no fim do convite, a diretoria chama para tratar de “tão útil empreendimento”. Além disso, o texto mostra também o conhecimento que a sociedade (pelo menos a da biblioteca), tinha sobre a legislação nacional, porquanto evocam praticamente o mesmo que Nilo Peçanha trouxe no Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, que trata da criação das Escolas de Aprendizes Artífices no território brasileiro.

No decreto temos (Brasil, 1909):

Considerando: Que o augmento constante da população das cidades exige que se facilite ás classes proletarias os meios de vencer as difficuldades sempre crescentes da lucta pela existencia; Que para isso se torna necessario, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensavel preparo technico e intellectual, como fazel-os *adquirir habitos de trabalho proficuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vicio e do crime* (Brasil, 1909, grifo nosso).

⁶ Originalmente denominado Memorial CEFET-RS, que consta de uma base de dados hospedados em meio digital, organizado em 2003 “com o objetivo de efetuar coleta, sistematizar e gerar fontes informativas sobre memória institucional, a fim de preservá-la e difundi-la, promovendo estudos e pesquisas de caráter interdisciplinar” e assinado pela então procuradora Ceres Mari da Silva Meireles. Disponível em <http://memorial.ifsul.edu.br>.

Por outro lado, chama a atenção o fato de que se propôs, em Pelotas, uma Escola de Artes e Ofícios e não uma Escola de Aprendizes Artífices, como preconizava o decreto de Nilo Peçanha. É possível que a escolha tenha se dado por se tratar de uma iniciativa particular e não governamental. A criação de escolas através de iniciativas privadas era um movimento comum durante o período do império e da primeira República. A elite municipal tinha como prática, mais ou menos corrente, apelar para o apoio da sociedade civil particular para a realização de obras e o empreendimento que julgassem como importantes para a cidade, como aponta Peres (2002) em seu livro sobre os cursos noturnos da Biblioteca Pública Pelotense.

Frente a este quadro, reiteramos mais uma vez nossa posição de que a instrução profissional não cumpriu apenas a função de qualificar o trabalhador nacional visando substituir o braço estrangeiro. Neste momento conflituoso, intencionalmente foi utilizada como instrumento ideológico que visou a conformação do operário em relação à situação em que vivia, propiciando a “habituação do trabalhador” tendo em vista sua “incorporação a sociedade industrial” (Stephanou, 1990, p. 152-153).

Corroborar-se, no contexto local, a ideia de que a criação de uma escola voltada à educação profissional possuía um fim regenerador mais do que propriamente profissional, com o objetivo central de controle e a sujeição da população urbana às normas de civilidade as quais a elite desejava imprimir. Educação profissional e cidade eram instituições que se reforçavam mutuamente.

A ESCOLA DE ARTES E OFFÍCIOS, A ESCOLA TÉCNICO-PROFISSIONAL, O INSTITUTO PROFISSIONAL-TECHNICO: SUCESSÕES EM UM MESMO ESPAÇO

Criada pela diretoria da Biblioteca Pública Pelotense, a Escola de Artes e Offícios teve um estatuto jurídico formado em 1917. A pedra fundamental da sua construção foi lançada em 1918. A construção do seu edifício se procedeu em um terreno doado pela Intendência, na região anexa à antiga Praça da Constituição, no prolongamento da Rua marechal Floriano, após a ponte do Santa Bárbara, conseguinte a estação de energia elétrica. Segundo a planta de situação (Figura 2), o edifício, projetado por Caetano Casaretto e Carlos Scotto, com frente pela Av. 20 de Setembro, fundos pela Rua Riachuelo (atual Lobo da Costa) e na esquina da Rua Sarandy (atual rua Baltazar Brum).

Em 1923, o edifício, projetado por Caetano Casaretto⁷, teve sua obra concluída. Entre as justificativas para o não funcionamento da escola estavam questões de segurança pública, devido à disputa entre Borges de Medeiros e Assis Brasil, que ocasionaram a “Revolução

⁷ Caetano Casaretto era um construtor de origem italiana que esteve à frente e muitas obras suntuosas na cidade de Pelotas, a exemplo da própria Biblioteca Pública, onde construiu o segundo pavimento, e do clube caixeiral. Além disso, Casaretto estava vinculado à comissão que reformulou o Código de Construções e Reconstruções da cidade em 1929.

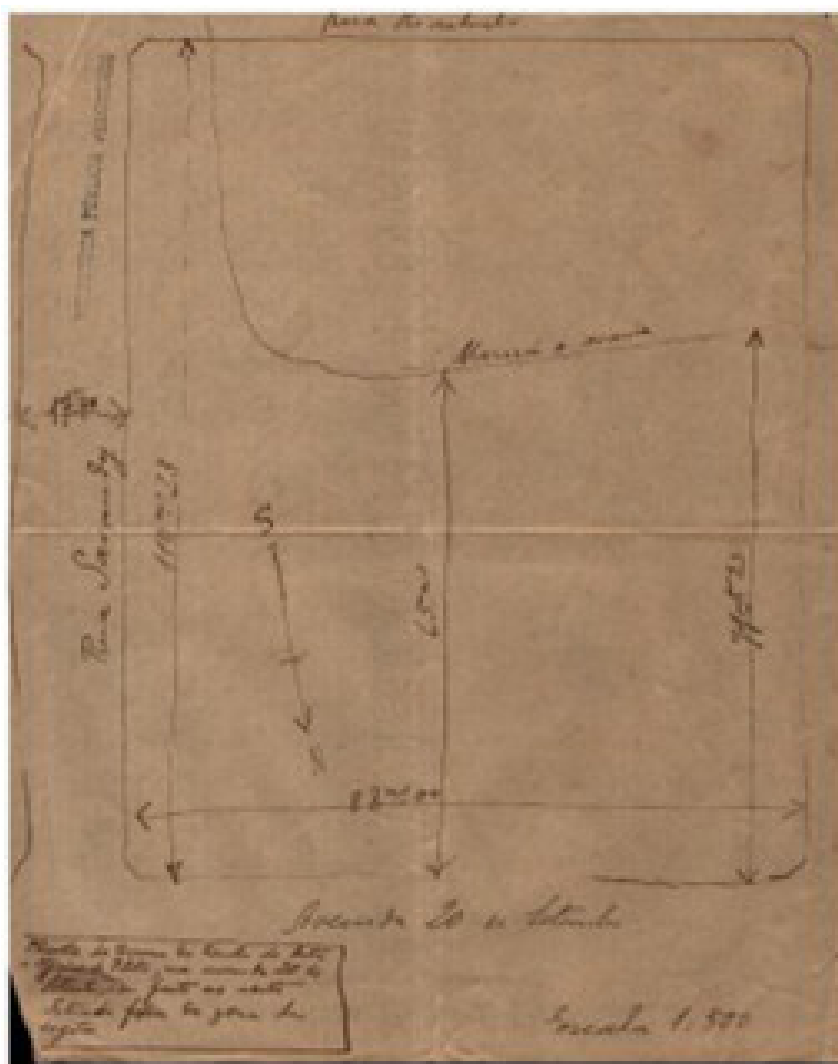


Figura 2 – Desenho da planta de situação da Escola de Artes e Offícios.

Fonte: BPP, Planta de situação.

de 1923⁸” e o uso do prédio recém construído como quartel da Brigada Militar. Além desse fato, justificava-se também a falta de recursos para colocar em funcionamento as oficinas e a morosidade nas tratativas com o Instituto Parobé para um plano de funcionamento da escola (Meirelles, 2007; 2023).

Na Figura 3, observa-se a imagem do edifício da Escola, publicada no “Almanach” de Pelotas em 1923. Nela, percebe-se um edifício isolado, construído em terreno municipal da

8 Em 29 de outubro de 1923, “Os Libertadores de [João Antônio] Netto deram mostra de seu poderio ofensivo, primeiramente, através dos arredores da praça 20 de Setembro, vindos do bairro Fragata, iniciando o primeiro combate com as forças pelotenses. Nos pavilhões da sociedade Agrícola, e no prédio da escola de Artes e Ofícios, localizava-se a guarnição do 1º corpo provisório e da 3ª Brigada Provisória de Pelotas, sob o comando do major Aldrovando de Andrade Leão” (Silva, 2015, p. 34).



Figura 3 – Foto do Prédio construído para a Escola de Artes e Offícios.

Fonte: Almanach de Pelotas (Paradedda, 1923, p. 341).

Praça Constituição. Não há calçamento nas adjacências e a rua é ainda de chão batido, sem presença de calçada e meio fio bem determinados. Não consta iluminação pública. Do ponto de vista arquitetônico, um edifício austero, despojado de ornamentação, com porão observado pela presença de gateiras, possivelmente em face do terreno alagadiço. O acesso ao prédio é marcado pela presença de um frontão arredondado, elemento que se repete na fachada lateral em frente à Rua Sarandy (atual rua Baltazar Brum).

O movimento realizado pela sociedade da Biblioteca Pública Pelotense teve grande importância no sentido de iniciar o processo que culminou com a existência de um estabelecimento voltado ao ensino industrial urbano na cidade de Pelotas. Os limites de uma iniciativa como essa, vinculada a uma sociedade privada e sem um fluxo de recursos sistemáticos que permitissem o seu funcionamento, se mostraram impeditivos para a iniciativa de criação da escola se concretizasse de fato.

O ensino técnico, pela particularidade do trabalho prático em oficinas, necessita de um volume muito mais expressivo de recursos financeiros para permitir o seu adequado funcionamento, coisa que não se resolve com doações pontuais. Desse modo, a Biblioteca conseguiu garantir a construção do prédio onde era desejável que funcionasse a escola, porém, não conseguiu fazer com que as aulas de fato funcionassem.

Mais sete anos de espera até a concretização da iniciativa. Somente em 1930, iniciaram as atividades acadêmicas da esperada Escola, fato possibilitado com a municipalização do estabelecimento. Desse modo, mais um nome, e a “Escola Technico Profissional” ficou instituída pelo Decreto municipal n. 1795, de 8 de março de 1930. Em abril do mesmo ano já apareceram chamadas na imprensa local para a matrícula de estudantes⁹.

No decreto, constava o detalhamento das verbas para sua instalação e funcionamento. A intendência dispôs de uma verba consignada pela Lei de Orçamento, acrescida das doações que havia no caixa da Escola de Artes e Ofícios, e das doações dos vencimentos do prefeito em exercício de 1930 (Pelotas, 1930). O jornal *A Opinião Pública* em uma edição do mês de março, noticiou que a Direção da Escola ficou a cargo do Dr. Sylvio Barbedo, e o diretor “num gesto extraordinário, focado no exemplo magnífico que dera o dr. Intendente, resolveu ceder os seus honorários” para se juntar ao orçamento da escola. A mesma notícia aponta que um grupo de professores “se oferecerá, gratuitamente, para servir a Pelotas, leccionando nos cursos dessa escola” (*A Opinião Pública*, 03/1930).

Entre a edificação da Escola de Artes e Ofícios por iniciativa de um coletivo privado e sua materialização enquanto Escola Technico-Profissional assumida pela municipalidade, houve um expressivo crescimento da cidade, em especial da região onde o edifício se localizava. Nas imagens do começo da década de 1930¹⁰, retratavam a escola e seus arredores, já era possível visualizar ruas com melhoramentos como meio fio, calçadas, arruamento bem demarcado, arborização e iluminação pública. O espaço que antes servia exclusivamente à Praça das Carretas, adquiria uma nova e modernizada feição, diminuindo o espaço da praça e ampliando a vizinhança urbanizada. O entorno da ponte do Santa Bárbara agora recebia uma aura de progresso. Na Figura 4, de 1932, observa-se o edifício da companhia de energia elétrica Light and Power, complexo que fica, até os dias atuais, nas duas quadras anteriores à escola.

Ao longo dos anos 1920, Pelotas apresentou uma urbanização intensificada, observada pela construção de equipamentos como os grupos escolares, o aeroporto, o patronato agrícola, a criação das vilas operárias “higiênicas”¹¹, a expansão dos limites urbanos, bem como a implantação de um novo código de construções para a cidade. Em 1930, teve início um novo capítulo na cidade de Pelotas para a educação de trabalhadores: a semente de uma escola

⁹ No período mencionado, todas as escolas faziam convocação de matrículas através dos jornais. Observam-se, no *Diário Popular*, notícias conclamando para inscrição e matrícula em cursos como o curso noturno da Biblioteca Pública, os cursos comerciais do Gonzaga, o São José, o Ginásio Pelotense, entre outros que não existem mais.

¹⁰ Em publicação do ano de 1930 do *Almanack Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial* (Edição Dooo86), aparece a descrição dos limites de Pelotas, bem como suas praças, onde consta a praça da constituição como o princípio do bairro fragata, tendo como sequência a avenida 20 de setembro). Consta na publicação também a indicação de uma população de 50.000 habitantes em Pelotas em 1930. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394&pagfis=107050>. Acesso em 10/04/2024.

¹¹ Pausa aqui. A família Simões Lopes aparece como grande orquestradora nesses empreendimentos. Augusto, prefeito, organizou os grupos escolares e o aeroporto, contando, claro, com a mão daqueles que estavam junto ao governo federal, como seu irmão Ildefonso. O projeto da estação de passageiros no aeroporto é basicamente o mesmo do Salgado Filho, de Porto Alegre, com a ressalva de que o de Pelotas possuía apenas um pavimento e o de Porto Alegre tinha dois. O patronato foi de iniciativa de Ildefonso. A família possuía constructos que desconheço, mas agia em conjunto em relação a trazer elementos para a cidade.



Figura 4 – Ocupação da área Praça Constituição pela Companhia de Energia Elétrica, no entorno da escola de Artes e Ofícios.

Fonte: Adaptado pela autora Paradedda (1932).

técnica estava criada, havia uma escola municipal com esse fim. Aqui, temos uma nova nomenclatura: uma Escola Technico-Profissional¹². Ainda, havia uma marcação de diferença face à política federal, cujos estabelecimentos se denominavam Escolas de Aprendizes Artífices. Desde o começo do século XX (1906), a cidade de Porto Alegre possuía uma Escola, o Instituto Technico Profissional Parobé¹³, referência para o país em termos de educação profissional durante a primeira república. Desse modo, é possível que os representantes municipais tenham adotado tal nome para a escola de Pelotas, a fim de se aproximar, ao menos no campo das aspirações, do imponente Parobé.

Em matéria publicada no jornal *A Opinião Pública*, por ocasião do edital de chamamento para ingresso da primeira turma da escola:

¹² Encontrei nas fontes duas grafias: Escola Technico-Profissional e Escola Technica Profissional.

¹³ Sobre o Instituto Parobé, ver Stephanou, 1990. Para além dos argumentos especulativos, Meireles (2007) aponta que “alguns argumentos [para a demora do início das atividades da Escola de Artes e Ofícios] foram as tratativas com o Instituto Parobé, de Porto Alegre, visando à montagem do Plano de Funcionamento [da escola pelotense] (Meireles, 2007, p. 25).

[...] quer nos parecer que as exigencias de admissão, difficultam o ingresso nessa escola e são contrarias às suas finalidades, ou pelo menos, tem a intenção de admitir alumnos com a capacidade formada a ponto de lhe não ser preciso a escola para ganhar o necessario para sua subsistencia. [...]. Um menor de 10 annos ou mais, que conhecer as 4 operações fundamentaes da arithmetica, sabendo ler e escrever em condições de prestar o exame exigido, no qual até dictado se põe em prova, está em condições de empregar a sua actividade em qualquer ramo, desde logo [...] (A Opinião Pública, 08/04/1930).

Em 1933, a escola tornou-se Instituto Profissional Técnico e contou com mais uma ampliação, um edifício de dois pavimentos ao lado da seção de artes gráficas. Conforme Meireles (2007; 2024), houve uma mudança de regulamento da escola, cujo objetivo passou a ser a formação de artífices. Com a mudança, houve também uma mudança de nomenclatura, a escola passou a se chamar “Instituto Profissional Técnico” (Figura 5).

Eram aceitos ingressantes entre 10 e 16 anos, em consonância com o Decreto n. 13.064, de 12 de junho de 1918, que deu novo regulamento às escolas de Aprendizes Artífices brasileiras. No entanto, não havia como requisito a prévia alfabetização, uma vez que havia, além das



Figura 5 – Edifício da Escola Técnico-Profissional após a construção da nova ala.

Fonte: Almanaque de Pelotas (1933, p. 26).

oficinas, um curso de desenho e um curso primário. O primeiro era obrigatório para todos os estudantes e o segundo era obrigatório aos que não tivessem escolarização prévia (Brasil, 1918).

No Instituto de Pelotas, entretanto, o estudante já devia “saber ler, escrever e conhecer as quatro operações matemáticas” (Meireles, 2007, p. 30). Nos requisitos de ingresso, se demarcava certo alinhamento aos preceitos do modelo de Parobé, que em seu regulamento de 1923, solicitava que os ingressantes tivessem entre 9 e 18 anos, domínio da leitura, da escrita e das três primeiras operações matemáticas (Stephanou, 1990).

No contexto local, entretanto, houve repercussão negativa de tais exigências de ingresso para a nova escola profissional, uma vez que não condizia com a realidade dos meninos pobres da cidade o preenchimento de tais requisitos para ingresso numa escola que lhes ensinaria um ofício profissional. É possível que tal requisito tenha sido levando em conta, já que haviam cursos primários municipais nos grupos escolares e em iniciativas como as da Biblioteca Pública, por exemplo. A escola foi criada em uma situação de poucos recursos financeiros, em que precisou contar com a doação dos salários dos dirigentes, bem como com o trabalho não remunerado dos professores no primeiro ano de funcionamento.

No Almanaque de Pelotas de 1933, Paradedá (1933) aborda a respeito de realizações do ex-prefeito Dr. João Py Crespo, que administrou a cidade de Pelotas entre 1928 e 1932. Dentre as obras realizadas, o autor dá especial atenção à Escola Técnica Profissional, refere-se ao estabelecimento como uma obra de “elevado alcance social”, um “inestimável serviço”. Foi exaltado pelo autor o fato de Py Crespo ter doado seus vencimentos para o funcionamento da escola, como uma prova de generosidade, sentimento que correspondia às “altruísticas e benéficas finalidades” do estabelecimento (Paradedá, 1933, p. 53).

Em 1933, em publicação no Almanaque de Pelotas, observou-se um olhar já sobre a escola em funcionamento:

Queremos nos referir à Escola Técnica Profissional, com cuja instalação o problema do ensino em Pelotas ficou completo, pois só lhe faltava, em verdade, um estabelecimento de aprendizagem técnico profissional, onde creassemos os nossos operários e artistas, tornando úteis à coletividade e a si próprios tantos meninos desamparados de recursos. [...] Com tão valioso auxílio foi permitido não só construir mais uma parte do edifício em perspectiva, como também pavilhões para várias oficinas e, ainda, adquirir máquinas e materiais. [...] De modo que a escola, não somente pôde ampliar seu programa de ensino e aumentar a matrícula, como começou a produzir, trazendo ao mercado uma regular variedade de artefatos e produtos [...] (Paradedá, 1933, p. 53).

Foram grandes os esforços da municipalidade para dar vida a tal empreendimento, como se observam nas notícias da época, concentradas na generosidade do prefeito e dos primeiros professores, que se dispuseram a começar os cursos sem receber salários. Nos anos subsequentes, houve uma nova ampliação do espaço físico do então Instituto Profissional Técnico, com a criação de uma ala de dois pavimentos, ao lado da oficina de artes gráficas.

A partir do ano seguinte, a Escola Technica Profissional obteve um espaço no orçamento municipal, compondo a rede dos estabelecimentos pela intendência. Em reunião do Conselho Municipal de março de 1932, foi apreciado um requerimento do diretor da Escola, Dr. Sylvio Barbedo, que solicitava a equiparação de salário ao do diretor do Ginásio Pelotense, escola de renome no município¹⁴. Pelo exposto, percebe-se que, posta em funcionamento, a escola tomou um espaço no orçamento e na política municipal, deixando de lado os arroubos de generosidade iniciais.

O Instituto, entretanto, teve vida curta, dando lugar a uma escola congênere, que marcou profundamente a história da educação profissional em Pelotas a partir dos anos 1940 (Figura 6). O início da remodelação do ensino culminou na criação dos Liceus Industriais na década de 1930, foi lançado pelo ex-Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Ildefonso Simões Lopes, no ano de 1921.



Figura 6 – Imagem do Instituto Técnico Profissional já com a ampliação.

Fonte: Memorial IFSul (1940).

¹⁴ Nessa reunião, ata n. 6 de 14 de março de 1932, o Conselho aprovou o aumento ao diretor, condicionado ao fato de que a verba fosse retirada do orçamento previsto para o funcionamento da escola naquele exercício.

O Ministro pelotense deu origem à proposta de remodelação do ensino profissional¹⁵. Em 1930, iniciou o governo provisório (golpista) de Getúlio Vargas na presidência da república, deu origem a uma série de reformas no campo administrativo no país. Nesse ano, houve a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MES). Até então, os estabelecimentos de educação federal eram vinculados ao MES, como era o caso das Escolas de Aprendizes Artífices (Fonseca, 1961).

A criação do ministério trouxe profundas mudanças à organização da Educação Profissional brasileira. Em 1934, a Inspeção do Ensino Profissional Técnico foi transformada em Superintendência do Ensino Profissional, subordinando-se diretamente ao Ministro. Como efeito dessas reestruturações, em 1936, após a criação do MES, se originou uma política de estado que levaria à criação dos Liceus Industriais, em substituição às antigas Escolas de Aprendizes Artífices. Entre 1938 e 1940, houve a coexistência física de dois espaços: o Instituto, que lutava para deixar uma marca na cidade de Pelotas, e o Liceu Industrial, que ocuparia seu lugar.

Em abril de 1939, o professor Glaucius Vinicius de Lima Antunes, diretor do Instituto Profissional Técnico, concedeu uma entrevista ao jornal A Opinião Pública sobre o estabelecimento. Segundo a matéria, o Instituto contava com 400 estudantes matriculados, se tratava de um número grande, se considerarmos como o número de estudantes para o qual se projetaram a maior parte dos Liceus Industriais das capitais brasileiras no período. Na entrevista, foram realizadas perguntas acerca do Liceu Industrial de Pelotas, que estava em construção.

Com relação à manutenção das atividades do Instituto Profissional Técnico, de acordo com o diretor Glaucius Vinicius de Lima Antunes (1939):

Sobre o assunto, é pensamento do digno Prefeito de nossa Comuna fazer prosseguir os cursos do Instituto Profissional Técnico, até que esteja em condições de abrir suas aulas o Liceu de Aprendizes Artífices. Que a s., numa elevada compreensão dos interesses do ensino, evitar desde modo que sofra a instrução profissional um colapso por tempo mais ou menos longo, o que traria manifestos prejuízos à nossa população escolar destinada ao ensino profissional.

Em 1937, a Lei n. 378, de 13 de janeiro reestruturava o Ministério da Educação e Saúde. Na nova organização, foram criados o Departamento Nacional da Educação e o Departamento Nacional da Saúde. O departamento foi dividido em oito, sendo uma dessas partes a Divisão do Ensino Industrial. De acordo com o art. 37, as Escolas de Aprendizes Artífices, junto da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, passaram a ser denominadas de “Lyceus

¹⁵ Em 1921, Ildefonso Simões Lopes instituiu uma comissão de técnicos especializados, presidida pelo engenheiro João Lüderitz, então diretor do Instituto Parobé, de Porto Alegre, com o intuito de estudar a remodelação do ensino profissional no país. Lüderitz propôs uma completa reforma do ensino profissional e solicitou a criação de uma Inspeção do Ensino Profissional. A remodelação não foi adotada, mas os governos subsequentes mantiveram a comissão. A Inspeção do Ensino Profissional Técnico foi criada em 1932, já no governo provisório de Getúlio Vargas. Em 1934, com o Decreto n. 24.558, a Inspeção foi transformada em Superintendência do Ensino Industrial. Com a remodelação do Ministério da Educação pela Lei 378 de 1937, a Superintendência foi transformada em Divisão do Ensino Industrial, chefiada por Francisco Montojos (MES, 1940).

destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus”. Em parágrafo único, o mesmo artigo instituiu novos Liceus, “por todo o território do Paiz” (Brasil, 1937).

Nesse sentido, Manfredi (2017, p. 61-62) aponta:

A política educacional do Estado Novo legitimou a ruptura entre o trabalho manual e o intelectual, erigindo uma arquitetura educacional que ressaltava a sintonia entre a divisão social do trabalho e a estrutura escolar, isto é, um ensino secundário destinado às elites condutoras e os ramos profissionais do ensino médio destinados às classes menos favorecidas. Outra característica desse período é o papel central do Estado como agente de desenvolvimento econômico. A substituição do modelo agroexportador pelo modelo de industrialização (incentivado pelo processo de substituições de importações na produção de bens duráveis e bens de capital) foi realizada mediante pesados investimentos públicos na criação da infraestrutura necessária ao desenvolvimento do parque industrial brasileiro.

O Liceu Industrial foi criado a partir da Lei n. 378 de janeiro de 1937 (Brasil, 1937), que reestruturou o Ministério da Educação e Saúde, e foi o único Liceu novo, que não se originou de uma Escola de Aprendizes Artífices. Em anexo à referida Lei, foram dispostos os seguintes Liceus: Wenceslau Braz (RJ-DF), Manaus (AM), Belém (PA), São Luiz (MA), Teresina (PI), Fortaleza (CE), Natal (RN), João Pessoa (PB), Recife (PE), Maceió (AL), Aracaju (SE), Baía (BA), Vitória (ES), Campos (RJ), São Paulo (SP), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Belo Horizonte (BH), Goiânia (GO), Cuiabá (MT) e Pelotas (RS).

Dando sequência às reformulações na rede de escolas profissionais, no período de 1937 a 1942, foram construídos novos edifícios, já no modelo de Liceu Profissional, para a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz no Rio de Janeiro, para os Liceus de Manaus, de São Luiz, de Vitória, de Goiânia e de Pelotas, único Liceu que não havia sido proposto em local onde já havia uma Escola da União. O projeto do ministério era arrojado em muitos aspectos. Propunha-se, a partir da reestruturação da educação, um novo caráter para a Educação Profissional no país. Essa modalidade de ensino, que anteriormente teve um cunho assistencialista e benemerente, passou a ocupar outros espaços nos discursos e na produção do país.

No último quartel de 1939, evidenciou-se uma disputa de território. O Instituto Profissional Técnico, a escola municipal, insistia em sua existência. Eram 400 estudantes matriculados, vidas, histórias, motivações. A direção e a municipalidade não queriam abandonar o Instituto. A construtora do Liceu pressionava o Ministério. O Ministério pressionava o Ministro. Capanema pressionava o prefeito. O prefeito estava aliado com a comunidade do Instituto, estavam apegados à ideia de que uma escola sucederia à outra e que a comunidade escolar não ficaria desamparada. Resistiram o quanto puderam. O instituto Profissional-Technico foi extinto em maio de 1940.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transformação da cidade de Pelotas, de um núcleo baseado na economia escravista para uma cidade em desenvolvimento capitalista, foi influenciada pela criação de estabelecimentos de ensino voltadas à formação profissional. Essas escolas funcionaram como instrumentos de disciplinamento social, promovendo uma cultura do trabalho alinhada aos interesses da elite local e aos projetos nacionais de modernização. Nesse contexto, a educação profissional não apenas preparava os indivíduos para o mercado, mas também contribuía para a reprodução das hierarquias sociais e para a manutenção da ordem estabelecida.

Ao destacar o papel das escolas na reorganização do espaço urbano, demonstramos que a localização e a infraestrutura dessas instituições foram estratégicas para a expansão da cidade e para a delimitação de suas áreas periféricas. O desenvolvimento do bairro Fragata e as mudanças na Praça das Carretas exemplificam como as escolhas políticas relacionadas à educação moldaram o crescimento urbano e a configuração espacial de Pelotas. O local onde as escolas profissionais se sobrepuseram, se tratava de um antigo divisor da cidade, a antiga praça das carretas, que era destinada ao estacionamento dos carros que traziam mercadorias da zona rural para o abastecimento de produtos no comércio. Como se tratava de uma gleba de grandes proporções, foi fracionado e teve uma parcela doada à sociedade que instituiu a Escola de Artes e Ofícios, que não chegou a funcionar como tal, cedendo seu espaço à Escola Técnico-Profissional, administrada pela municipalidade.

Ao abordar as escolas, contextualizamos a política pública que originou a rede de educação profissional no país e de que modo essa política foi sendo desenhada e redesenhada, de modo a culminar, na atualidade, nos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, e o modo como se instituiu a educação profissional na cidade de Pelotas e os estabelecimentos que precederam a iniciativa federal.

O Liceu federal, por sua vez, foi fruto de mediações entre as esferas federal e municipal, que culminaram no apagamento da escola municipal e na consolidação de uma escola foi criada para ser um modelo no e para o país que o governo Getúlio Vargas propunha. Tal iniciativa estava, a um só tempo, vinculada ao projeto capitalista e também a um projeto urbano. Em um contexto de nacional desenvolvimentismo conservador, definir valores e motivações para uma classe operária nascente se tornava um elemento fundante na estrutura social.

A cidade e a escola foram interpretadas como locais de conflitos, de resistências, também de formação e de criação. Esses lugares são percebidos como dispositivos, também, de mudança, a partir dos sujeitos / organizações / movimentos. Através de mecanismos que funcionam de forma conflitiva, permitem a produção de inovações, o surgimento de acontecimentos geradores de diferenças socioespaciais.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Glaucius Vinicius de Lima. **Instituto Profissional Técnico**. Abertura das aulas – esse estabelecimento de ensino conta, este ano, com o maior número de matrículas verificado desde sua fundação. A opinião pública ouve o Dr. Glaucius Vinicius de Lima Antunes, dedicado diretor do Instituto 1939.
- ARRIADA, Eduardo. **Pelotas: Gênese e desenvolvimento urbano (1789-1835)**. Pelotas: Armazém literário, 1994.
- A Opinião Pública**. Escola Technico Profissional: últimas notas sobre essa obra de utilidade pública. Mar., 1930.
- BAREMBLITT, Gregório. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. 5. ed. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 2002.
- BRASIL. **Decreto n. 7.556, de 23 de setembro de 1909**. Crêa nas capitais dos Estados da Republica Escolas de Aprendizages Artifices, para o ensino profissional primario e gratuito.
- BRASIL. **Decreto n. 13.064, de 12 de junho de 1918**. Da novo regulamento as escolas de aprendizages artífices.
- BRASIL. **Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937**. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública.
- BRASIL. **Decreto-Lei n. 4.127, de 25 de fevereiro de 1942**. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. 1942
- CECHIN, Marizete Righi; PILATTI, Luiz Alberto. Da formação de artífices à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Pro-posições**, v.34, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/jLrxB8jbD3X7mjZVGrxjcd/?lang=pt>. Acesso em: 09/07/2025.
- CIAVATTA, Maria. Memória e história de trabalho educação – a imposição do trabalho e a negação da educação. **Revista História da Educação (Online)**, 2025, v.29, e139231. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/N68RCY8QKbvFPbCZrcv3gkQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 09/07/2025.
- FONSECA, Celso Suckow. **História do ensino industrial no Brasil**. Vol. 1. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: ETN, 1961.
- MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história**. Jundiaí-SP: Paco editorial, 2017. Livro digital.
- MEIRELES, Ceres Mari da Silva. **Das Artes e Offícios à Educação Tecnológica: 90 anos de história**. Pelotas-RS: Editora e gráfica universitária – UFPEL, 2007.
- MEIRELES, Ceres Mari da Silva. **De Instituto a Instituto! Antecedentes históricos**. In: Martins, Vinicius; da Rosa, Angelita; Fiori, Carla Rosani Silva; Meireles, Ceres Mari da Silva; Arsand, Daniel Ricardo; Duarte, Glaucius Décio; Antunez, José Leonel da Luz; Gil, Marcelo Freitas; Dal Forno, Rodrigo Lavalhos; Fernandes, Valter Lenine (Orgs.). IFSUL nossa história: a expansão da estrutura física e funcional. Vol. II. Pelotas: Editora IFSUL, 2024.
- PARADEDA, Florentino (direção). **Almanaque de Pelotas: variedades, informação, propaganda**. XXI ano. Pelotas: 1933.
- PELOTAS. **Decreto municipal n. 1795, de 8 de março de 1930**. Institue uma Escola Technico-Profissional e prevê sobre as despesas de instalação e funcionamento da mesma. 1930.



- PERES, Eliane Terezinha. **Templo de luz: os cursos noturnos masculinos de Instrução Primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1925)**. Pelotas: Seiva Publicações, 2002. Série história da Educação em Pelotas, v. 2.
- SAVIANI, Dermeval. História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. **Revista EccoS – Revista Científica**, São Paulo, v. 10, n. especial, p. 147–167, 2008.
- SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. **Del Proyecto Urbano A La Producción Del Espacio: morfología urbana de la ciudad de pelotas, brasil (1812-2000)**. 2002. 507 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografía Humana, Universitat de Barcelona, Barcelona, 2002.
- STEPHANOU, Maria. **Forjando novos trabalhadores: a experiência do ensino técnico-profissional no Rio Grande do Sul (1890-1930)**. 1990. 437 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

Paula Mello Oliveira Alquati é professora do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense Campus Pelotas. Arquiteta e Urbanista (UFPEL), Mestra em Arquitetura e Urbanismo (UFPEL), Doutora em Política Social e Direitos Humanos (UCPEL).
E-mail: paulalquati@gmail.com

Declaração de Disponibilidade de Dados. Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Recebido em: 08/12/2024

Aprovado em: 04/08/2025

Editora Responsável: Natália Gil